



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 07/2021**

**CONTRATO Nº 07/2021/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002157-49.2021.6.22.8000](#)**

**CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM RAZÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 15/2021 TER RESTADO FRACASSADO.**

**CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA A F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. **04.565.735/0001-13**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. **02.134.947/0001-10**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n. 3730, Bairro Liberdade, CEP: 76.803-894, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3221-7218 e 99284-1950, E-mail(s): [victoriaeventos2016@gmail.com](mailto:victoriaeventos2016@gmail.com), neste ato representada pela senhora **FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 480.633/SSP-RO e CPF n. 349.233.652-34, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, **com fundamento no artigo 24, V, da Lei n. 8.666/93** e em conformidade com o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação constante no Despacho n. 1603/2021-PRES/DG/GABDG



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento [0762653](#)), de 17/11/2021, firmam entre si o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto deste Contrato é o fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, *coffee break* e coquetel, e itens de lanche *light* e *Petit four*, com disponibilização de garçons, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme consta no Projeto Básico respectivo (TR) e conforme a seguir resumido:

<b>SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, <i>COFFEE BREAK</i>, COQUETEL e ITENS ESPECIAIS</b>			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES
01	Lanche simples	1.650 serviços	Conforme Anexo I deste instrumento
02	<i>Coffee Break</i>	400 serviços	
03	Coquetel	500 serviços	
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	45 Kg	
05	<i>Petit Four</i> doce	20 Kg	
06	Garçons	16 diárias	
07	Mesas especiais	10 unidades	

**Subcláusula Primeira** – A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do Contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Pelo termo “serviços”, constante na tabela acima, deve ser entendido como o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanche simples, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, per capita, definidas no cardápio (vide Anexo I do Projeto Básico, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante). Assim, se tiver um evento para 100 participantes, deverá ter 100 serviços de lanche simples, ou de *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.

**Subcláusula Terceira** - Os alimentos relacionados nos itens 04 e 05, lanche *light* e *petit four*, poderão ser adquiridos, individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.

**Subcláusula Quarta** – Quanto ao serviço de garçons, item 06, foram estimados 16 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. Do mesmo modo as mesas especiais, item 07, poderão ou não ser utilizadas. Esclarecemos que somente um número pequeno de eventos suscita estes serviços e o número de garçons e de mesas especiais dependerá da natureza do evento.

**Subcláusula Quinta** – Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO OU em outro local, previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

**Subcláusula Sexta** – Por meio deste instrumento contratual, a CONTRATADA ratifica que possui e que manterá uma estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto deste instrumento e que atende e que atenderá todos os quesitos listados no Anexo IV do Projeto Básico respectivo.

**Subcláusula Sétima** – A partir da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA se compromete a cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no item 5 do Projeto Básico.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Oitava** – Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens integrantes do objeto desta contratação.

**Subcláusula Nona** - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico/Termo de Referência respectivo e seus anexos, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

**DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**  
**(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Para o fornecimento do objeto deste instrumento deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a) A CONTRATADA deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço;
- b) Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do evento;
- c) Todos os cardápios do evento, elaborados pela CONTRATADA, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data do evento;
- d) A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos;
- e) As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequar;
- f) A CONTRATADA será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g) A CONTRATADA não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.
- h) A CONTRATADA deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado no Projeto Básico e neste instrumento, necessários à realização do serviço.
- i) A CONTRATADA deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pelo contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.
- j) As mesas especiais, quando necessárias, serão informadas à contratada, que deverá fornecê-las nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.

### **DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para execução do presente Contrato, deverão ser observados os prazos de execução e os critérios de aceitação do objeto a seguir descritos:

I - Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, a CONTRATADA deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos no item 2.3 do Projeto Básico e na Cláusula Segunda deste instrumento. Para cada solicitação de serviço será emitida uma **ORDEM DE SERVIÇO** específica;

II – Prestados os serviços em cada evento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento Provisório com valor meramente quantitativo e que não caracteriza a aceitação definitiva dos serviços;

III – No prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato realizará a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no Projeto Básico e neste instrumento. Atendidas todas as especificações o gestor emitirá o Termo de Recebimento Definitivo para pagamento;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados, no qual já indicará os eventuais valores a serem glosados da fatura;

V – Serão recusados e devolvidos, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas no Projeto Básico e neste instrumento.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** - A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI do TRE-RO, não podendo ser prorrogada.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 209.530,48** (duzentos e nove mil quinhentos e trinta reais e quarenta e oito centavos), conforme proposta da CONTRATADA e a seguir demonstrado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total Estimado R\$
01	Lanche simples	1650	48,67	80.305,50
02	Coffee break	400	92,00	36.800,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03	Coquetel	500	135,00	67.500,00
04	Lanche <i>Light</i>	45	101,00	4.545,00
05	<i>Petit four</i>	20	150,00	3.000,00
06	Garçons	16	213,33	3.413,28
07	Mesas	10	1.396,67	13.966,70
<b>Total Geral estimado deste Contrato</b>				<b>209.530,48</b>

**Subcláusula Primeira** - A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

**Subcláusula Segunda** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Terceira** – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

**Subcláusula Quarta** - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, com Programa de Trabalho n. 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa n. 33.90.39.23, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000394, de 18/11/2021, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhamento abaixo:

Categoria: MANUTENÇÃO GERAL

Agregador: OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Despesas Agregadas: DESPESAS COM ORGANIZAÇÃO,  
ORNAMENTAÇÃO E BUFFET PARA EVENTOS EM GERAL

Planos Internos: AOSA EVENTO

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O pagamento do objeto do presente Contrato será efetuado após cada prestação de serviço, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo do serviço e ateste da Fatura/Nota Fiscal pelo gestor desta contratação, aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência.

**Subcláusula Primeira** - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho (CNDT).

**Subcláusula Segunda** - Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**Subcláusula Terceira** - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** - Caso a CONTRATADA não regularize a situação fiscal para o momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O pagamento, quando eventualmente houver reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

**Subcláusula Sétima** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Oitava** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**Subcláusula Nona** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Décima** - A compensação financeira prevista no ITEM anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – A gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pela Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO (podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, a ser indicado por essa), a qual compete observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

**Subcláusula única** - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e no Projeto Básico;
- b) Expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela CONTRATADA;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico;
- d) Glosar parte dos pagamentos em razão do atendimento parcial da quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico;
- e) Recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico.
- f) Promover o acompanhamento e a fiscalização Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- g) Efetuar o pagamento, nos termos pactuados.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- i) Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
- j) Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato;
- k) Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual; e
- l) Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 55, VII e XIII, da Lei 8666/93)**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se a CONTRATADA a:**

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Contrato e no Projeto Básico, em especial aqueles dispostos no item 2.3 do Projeto Básico;
- b) Entregar os serviços objeto do contrato nos prazos e especificados definidas neste instrumento;
- c) Fornecer os produtos, materiais de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização dos serviços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Sanar, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, as inconsistências comunicadas pela Comissão de Cerimonial em relação à proposta de cardápio apresentada;
- e) Substituir às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens comunicados pela Comissão de Cerimonial em desacordo com as especificações deste instrumento e do Projeto Básico;
- f) Atender aos demais comunicados do gestor do contrato quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;
- g) Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a Nota Fiscal específica dos serviços atestados pelo fiscal ou gestor do contrato;
- h) Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser alegado, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;
- l) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
- m) Fornecer ao fiscal do contrato, a qualquer momento, todas as informações de interesse do TRE-RO, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações;
- n) Não transferir, nem sublocar, nem subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o) Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I - Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal desta contratação, decidir acerca desses requerimentos;

II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

p) Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO;

q) Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas neste instrumento, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto deste contrato.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e em seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

**Subcláusula Primeira** - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

a) Atraso injustificado do prazo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência mínima da data do evento para encaminhar à Comissão de Cerimonial os cardápios do evento, elaborados pela contratada e montado de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço definido neste instrumento: Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para cada 12 (doze) horas de atraso, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

a1) Atraso injustificado da obrigação referida na alínea “a”, superior a 48 (quarenta e oito): Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação dos serviços. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b1) Descumprimento injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens até o início do horário agendado para a prestação do serviço: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

c) Atraso no cumprimento injustificado dos demais prazos e obrigações previstos neste instrumento e no contrato: Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

**Subcláusula Segunda** - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**Subcláusula Terceira** – Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

**Subcláusula Quarta** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

**Subcláusula Quinta** - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

**Subcláusula Sexta** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

**Subcláusula Sétima** - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

**Subcláusula Oitava** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Nona** - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Décima** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Subcláusula Décima Primeira** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Décima Segunda** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula Décima Terceira** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

**Subcláusula Décima Quarta** - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Quinta** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Sexta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Sétima** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**Subcláusula Décima Oitava** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Nona** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Vigésima**– O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las.

**Subcláusula Vigésima Primeira** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades, sendo que os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis no período de 12 (doze) meses.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Esta contratação fundamenta-se no artigo 24, V, da Lei 8.666/1993 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.234/2010, Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 275, de 21/10/2002/ANVISA, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento

**Subcláusula única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 19 de novembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I AO CONTRATO N. 07/2021/TRE-RO**  
**ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES MÍNIMAS**

- **LANCHE SIMPLES, *COFFEE BREAK* E COQUETEL**

<b>ITEM 01 – LANCHE SIMPLES</b>	
1.1 Tipo de Evento: Treinamentos e Capacitações	Quantidade <b>MÍNIMA</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Especificação do CARDÁPIO:	a ser fornecida para cada participante
1.1.1 Doces	
<ul style="list-style-type: none"><li>Bolo Simples (ex.: formigueiro, laranja, milho, chocolate, tapioca);</li></ul>	1 fatia por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>Mingau de milho branco com coco (mugunzá) ou de banana com tapioca</li></ul>	60 ml por participante
1.1.2 Salgados	
<b>E</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Salgados assados variados pelo menos três tipos distintos selecionados entre: coxinha de frango, esfirra de carne, saltenha, pizza, mini calzone, pastéis, quibe, etc.</li></ul> <b>OU</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Sanduíche natural em pão de forma (sem casca) recheado com pasta de peito de frango desfiado, maionese e cenoura ralada,</li><li>Sanduíche em mini pão francês recheado com maionese, tomate, alface, queijo prato e presunto cozido.</li></ul>	5 unidades por participante
	Uma unidade por participante
1.1.3 Sucos:	
<ul style="list-style-type: none"><li>Um tipo de suco (polpa de caju, maracujá, cupuaçu, etc.)</li></ul>	400 ml por participante
1.1.4 - MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"><li>Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, pratos etc.)</li></ul>	O necessário
<ul style="list-style-type: none"><li>Jarras</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Bandejas</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Toalhas</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Garrafas térmicas</li></ul>	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none"><li>Tampos de mesa e respectivas bases</li></ul>	
1.1.5 – PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"><li>Pessoal de apoio para arrumar as mesas e dispor os itens.</li></ul>	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Projeto Básico	

<b>ITEM 02 - COFFEE BREAK</b>	
2.1- Tipo de Evento: Encontros e palestras Especificação do CARDÁPIO:	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
2.1.1 Salgados Especiais - Ao menos dois tipos distintos de mini porções, em cada evento. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada	
<ul style="list-style-type: none"><li>Tirinhas de filé mignon ao molho madeira</li></ul>	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>Penne no azeite, tomate seco e frango defumado, salpicado com manjerição fresco</li></ul>	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>Lagarto dos Mares, acompanhado de pão sírio</li></ul>	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>Escondidinho da camarão, carne seca ou bacalhau</li></ul>	80 gramas por participante
2.1.2 Doces	
<ul style="list-style-type: none"><li>Salada de frutas (maçã, mamão, morango, uvas, abacaxi, banana, kiwi, laranja, etc.), ou</li><li>Açaí cremoso com acompanhamentos (granola, creme de leite, leite moça, tapioca em flocos)</li></ul>	80 ml por participante

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none"><li>• Canjica de milho branco com coco, ou</li><li>• Mingau de banana da terra com tapioca</li></ul>	80 ml por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>• Duas opções de bolo (de tapioca, de laranja, de chocolate, de macaxeira ou de milho, prestígio, leite ninho, cenoura com recheio de brigadeiro, churros com recheio de doce de leite, limão siciliano)</li></ul>	01 fatia por participante
<p><b>2.1.3 Salgados assados</b></p> <p>Seis tipos distintos de salgados assados selecionados dentre as opções relacionadas a seguir, ou similares, a serem avençadas entre o contratante e a contratada.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Folhado de frango com queijo, folhados de calabresa com manjerição, pastéis de forno, quiches de atum, quiches de creme de milho verde com calabresa, barquetes com salpicão de frango, damascos recheados, saltenha de frango, empadinha de frango com catupiry, mini calzone, croissant de lombo com gorgonzola, massa folhada recheada com camarão cremoso ou frango com catupiry.</li></ul>	04 (quatro) unidades por participante
<p><b>2.1.4 Sucos</b></p> <p>A contratada deverá servir pelo menos duas opções de suco. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas a critério do contratante, com anuência da contratada</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Acerola, abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, tamarino, maracujá com maçã e gengibre, etc.</li></ul>	400 ml por participante
<p><b>2.1.5 – MATERIAL DE APOIO:</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Copos de vidro para água e refrigerante</li></ul>	O necessário
<ul style="list-style-type: none"><li>• Recipientes de porcelana branca, apropriados para servir as mini porções de escondidinho</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Talheres e utensílios de servir em aço inoxidável</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, etc.)</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Jarras de vidro</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Garrafas térmicas</li></ul>	



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none"><li>• Bandejas</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Tampos de mesa e respectivas bases</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Toalhas e cobre manchas</li></ul>	
2.1.6 – PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pessoal de apoio para arrumar as mesas, dispor e repor os itens.</li></ul>	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 do Projeto Básico	

<b>ITEM 03 - COQUETEL</b>	
<b>3.1 – Tipo de evento:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cerimônias de Posse de Membros da Corte</li><li>• Encontro de Corregedores</li><li>• Solenidade de outorga de medalha do mérito eleitoral</li></ul> Especificação do CARDÁPIO:	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
<b>3.1.1 Doces</b> Cinco tipos distintos de doce, em cada evento As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Tacinha de leite condensado com damasco</li><li>• Cuscuz de tapioca com coco queimado</li><li>• Olho de sogra</li><li>• Caramelado de damasco</li><li>• Camafeu de nozes</li><li>• Mini tortinhas recheadas com cupuaçu e castanha do Pará</li><li>• Brigadeiros: Cupuaçu com suspiro, churros, brulê, limão siciliano, nozes, coco ralado com damasco, amêndoas, de banana com chips de</li></ul>	04 unidades por participante

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

banana, leite ninho	
<ul style="list-style-type: none"><li>Mini Pavlova, com cobertura de frutas vermelhas</li></ul>	01 unidade por participante
<b>3.1.2 Mini Porções</b> Ao menos três tipos distintos de mini porções, em cada evento. As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.	
<ul style="list-style-type: none"><li>Escondidinho de sabores diversos como: carne de sol, camarão ou de bacalhau</li><li>Salada de bacalhau</li><li>Casquinha de caranguejo</li><li>Cuscuz marroquino</li><li>Mini Penne ao pesto com tomate seco, azeitonas pretas alcaparras e lascas de parmesão</li><li>Arroz de pato</li><li>Tortinha de bacalhau ou camarão, com catupiry</li></ul>	Uma mini porção de cada tipo, por participante
<b>3.1.3 Canapés finos na massa folhada - 04 (quatro) unidades por participante</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Vou - lo- van com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, etc.</li></ul>	
<b>3.1.4 Sucos - Ao menos dois sabores em cada evento - 300 ml por participante</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, cajá, maracujá com maçã e gengibre, etc.</li></ul>	
<b>3.1.5 Água Mineral</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Água mineral com gás</li></ul>	100 ml por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>Água Aromatizada - Água mineral com gás aromatizada com frutas (uva, morango e kiwi), ervas e especiarias.</li></ul>	100 ml por participante
<b>3.1.6 – MATERIAL DE APOIO:</b>	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Copos e taças de vidro para água, refrigerante e os coquetéis</li> <li>• Vasilhinhas de porcelana para servir os escondidinhos e as mini porções</li> <li>• Bandejas de vidro e porcelana para disposição dos alimentos na mesa</li> <li>• Baldes/bacias de inox ou vidro para dispor bebidas no gelo</li> <li>• Jarras de vidro</li> <li>• Pratinhos de porcelana branca</li> <li>• Talheres e utensílios de servir em aço inoxidável</li> <li>• Material descartável (guardanapos, copos, etc.)</li> <li>• Tapos de mesa e respectivas bases</li> <li>• Toalhas e cobre manchas</li> </ul>	O necessário
<b>3.1.7 - PESSOAL DE APOIO:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos nas mesas</li> </ul>	O necessário
<b>Condições:</b> Conforme item 2.3 do Projeto Básico	

<b>ITEM 4 - LANCHE LIGHT– SEM GLUTEN E SEM LACTOSE</b>	
<p>4.1 – Tipo de Evento: Treinamentos e outros eventos institucionais</p> <p>Especificação do CARDÁPIO:</p>	Quant. Estimada para o contrato (será contratado em porções menores de 1kg, a depender do evento):
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolo de chocolate</li> </ul>	5 kg
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolo de limão</li> </ul>	5 kg
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolo de maçã, nozes e especiarias</li> </ul>	5 kg
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolo integral de banana com</li> </ul>	5 kg

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nozes e especiarias	
• Bolo de fubá com goiabada derretida	4 Kg
• Cuscuz	4 Kg
• Minipavlova light	1kg
• Docinhos light	1kg
4.1.2 Salgados	
• Nhoque de batata doce à bolonhesa	5 Kg
• Torta de palmito	5 Kg
• Pão gelado de frango ou atum	2 Kg
• Empadão de camarão	2 Kg
• Saladas mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignons, lascas de parmesão	1 kg
TOTAL	45 kg

**ITENS 5 - PETIT FOUR DOCE**

5.1 – Tipo de Evento: Seminários e outros eventos institucionais

Especificação do CARDÁPIO (será contratado em porções menores de 1kg, a depender do evento):

• Biscoito de polvilho (doce ou azedo)	5 Kg
• Biscoite de nata com cobertura de geleia de cupuaçu ou goiabada	5 Kg
• Biscoito de nata com Castanha do Brasil (Pará)	5 Kg
• Biscoito amanteigado	5 Kg



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL	20 kg
-------	-------

ITEM 06 - GARÇONS	
6.1 Tipo de Evento: Coquetéis, a critério da contratada	Quantidade Estimada
Especificação: Disponibilização de garçom para atender serviço de Coquetel, quando solicitado pela contratada.	16 diárias

ITEM 07 - MÓVEIS	
7.1 Tipo de Evento: Eventos que ensejem a utilização de mesas especiais, a critério da contratada	Quantidade estimada
Especificação : Disponibilização de mesas de madeira, ou madeira e vidro, medindo em torno de 1,10mx2,50m, para atender serviço de coquetel, quando solicitado pela contratada.	10 unidades



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/11/2021, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS, Usuário Externo**, em 22/11/2021, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 22/11/2021, às 10:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 22/11/2021, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0763619** e o código CRC **67E85A93**.

0002157-49.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Senhor Secretário da SAOFC,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

<b>Unidade solicitante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Unidade demandante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:</b>	<i>Áurea Cristina Saldanha Oliveira - Chefe do Cerimonial</i>
<b>Objeto:</b>	<i>Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviço de lanche simples, coffee break e coquetel, e itens de lanche light e Petit four, com disponibilização de garçons, bem como móveis especiais como cadeiras e mesas, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras,</i>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<i>conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos.</i>
<b>Quantidade:</b>	<i>1. Lanche simples: 2800 serviços 2. Coffee break: 450 serviços 3. Coquetel: 500 serviços 4. Lanche light - sem glúten e sem lactose: 45 kg 5. Petir four doce: 20kg 6. Garçons: 16 diárias 7. Mesas especiais: 10 unidades</i>
<b>Plano Anual de Contatação (PAC):</b>	<i>( x ) Sim. ( ) Não. Justificativa da necessidade:</i>
<b>Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:</b>	<i>Previsão para setembro 2021.</i>

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

0002157-49.2021.6.22.8000

0704336v4



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 16/06/2021, às 13:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0704336** e o código CRC **29379434**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**ETP - PARA PREGÃO ELETRÔNICO.**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA PREGÃO ELETRÔNICO**

Senhor Secretário da SAOFC,

Para cumprimento do [Decreto n. 10.024/2019](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Termo de Referência para a pretensa contratação.

<b>Unidade solicitante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Unidade demandante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:</b>	<i>Áurea Cristina Saldanha Oliveira Aragão, Chefe do Cerimonial</i>
<b>Contratação com previsão no Plano Anual de</b>	( x ) Sim. ( ) Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Contratações - PAC?</b>	
<b>Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?</b>	<p>( ) Não. (Se assinalado, não responder os demais).</p> <p>( x ) Sim.</p> <p>( ) Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos?</p> <p>( ) As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?</p>
<b>Justificativa:</b>	<p>A contratação visa garantir o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, dos itens de alimentação necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade.</p>
<b>Objeto:</b> <i>(Descrição do objeto da contratação – observar seu enquadramento na definição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, do art. 1º c/c o art. 3º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019: padrões de desempenho e qualidade que</i>	<p>A presente contratação tem como objeto a contratação de serviços, por intermédio de empresa especializada, para fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, <i>coffee break</i> e coquetel, e itens de <i>lanche light e Petit four</i>, com disponibilização de garçons, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes neste Termo de Referência. Fornecimento de serviço de alimentação:</p> <p>Lanche simples: 1650 serviços</p> <p>Coffee break: 400 serviços</p> <p>Coquetel: 500 serviços</p> <p>Lanche Light - sem glúten 45 Kg</p> <p>Petit four doce 20 kg</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<i>possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado).</i>	Garços 16 diárias  Mesas especiais - 10 unidades
<b>Quantidade:</b>  <i>Estimativa das quantidades (unidades).</i>	Quantidades estimadas:  Lanche simples: 1650 serviços  Coffee break: 400 serviços  Coquetel: 500 serviços  Lanche Light - sem glúten 45 Kg  Petit four doce 20 kg  Garços 16 diárias  Mesas especiais - 10 unidades  Previsão inicial de valores:  ( ) Não.  (x ) Sim. Informar:  De acordo com a cotação de mercado o valor estimado



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>para a contratação é de R\$ 154.000,00</p> <p>Será formado registro de preços?</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><input type="checkbox"/> Contratação se enquadra em uma ou mais hipóteses contidas nos incisos do art. 3º do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Apontar os incisos e, depois, justificar no termo de referência.</p> <p><input type="checkbox"/> Há previsão de entregas parceladas? Se positivo deverão ser informadas no termo de referência.</p>
<b>Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:</b>	Setembro de 2021

0002157-49.2021.6.22.8000

0704496v2



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 16/06/2021, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0704496** e o código CRC **C49DA99C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**PROJETO BÁSICO Nº 5/2021 - PRES/DG/CERIMONIAL**

**1. INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto no artigo 6º, IX, c/c art. 7º, I, da Lei n. 8.666/93, Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, Resolução



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TSE n. 23.234/2010 e, ainda a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC da ANVISA n. 275, de 21/10/2002, elaboramos o presente Projeto Básico visando a contratação de serviços de alimentação para eventos institucionais deste Tribunal, optando pela aquisição direta, com fulcro no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa abaixo:

### **2. DO OBJETO**

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços, por intermédio de empresa especializada, para fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, *coffee break* e coquetel, e itens de *lanche light* e *Petit four*, com disponibilização de garçons, para atendimento a eventos institucionais, consistente em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes neste Projeto Básico (PB).

#### **2.1 DA DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:**

<b>SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, COFFEE BREAK, COQUETEL e ITENS ESPECIAIS</b>			
TEM	RIÇÃO	DESC	ESP ECIFICAÇÕES
1	simples	Lanche	Con forme Anexo I deste instrumento
2	Break	Coffee	
3	el	Coquet	
4		Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	
5		<i>Petit</i> <i>Four</i> doce	
6	s	Garçon	
		6 diárias	





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7	especiais	Mesas	0 unidades	
---	-----------	-------	------------	--

I - A quantidade de serviços de lanche simples, *coffee break* e coquetel e a quantidade de lanche *light* e *petit four* foram dimensionadas de acordo com o número estimativo de participantes dos eventos institucionais previstos para o período de outubro de 2021 a outubro /2022 (vide Tabela I, do item 3.1). Ressaltando que as quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.

II - Por serviço entenda-se o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanche simples, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, per capita, definidas no cardápio (vide Anexo I, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante). Assim, se tivermos um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanche simples, ou de *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.

III - Os alimentos relacionados nos itens 04 e 05, lanche *light* e *petit four*, poderão ser adquiridos, individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.

IV - Quanto ao serviço de garçons, item 06, foram estimados 16 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. Do mesmo modo as mesas especiais, item 07, poderão ou não ser utilizadas. Esclarecemos que somente um número pequeno de eventos suscita estes serviços e o número de garçons e de mesas especiais dependerá da natureza do evento.

## **2.2 DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO:**

Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO OU em outro local, previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.3 DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO:**

a) A contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço;

b) Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do evento;

c) Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data do evento;

d) A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos;

e) As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adeque;

f) A contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.

g) A contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.

h) A contratada deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado neste Projeto Básico, necessários à realização do serviço.

i) A contratada deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.

j) As mesas especiais, quando necessárias, serão informadas à contratada, que deverá fornecê-las nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entregar no local do evento.

### **3. DA JUSTIFICATIVA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3.1 DA NECESSIDADE:**

Esta contratação visa garantir o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, dos itens de alimentação necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade.

Apresenta-se, abaixo, quadro estimativo de eventos e de itens de alimentação.

Tipo de serviço	Evento	nº de pessoas (estimativa)	Número de eventos	Quantidade de serviços				
				anche simples	coffee break	anche light	coquetel	buffet
anche simples	reunions e eventos institucionais diversos	5	0	50 serviços				
anche simples	reunions e eventos institucionais diversos	0	0	.000 serviços				
anche simples	reunions e eventos institucionais diversos	00		00 serviços				
coffee break	reunions e outros eventos institucionais	00			00 serviços			
coffee break	reunions e outros eventos institucionais	0			00 serviços			
coquetel	reunions de membros da Corte e dirigentes do Tribunal	00					00 serviços	



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anche light	osse de membros da Corte e dirigentes do Tribunal					5kg		
etit four	osse de membros da Corte e dirigentes do Tribunal							0 kg
OTAL				.650 erviços	00 erviços	5 kg	00 erviços	0 kg

### **3.2 DA CONTRATAÇÃO DIRETA, conforme PARECER JURÍDICO Nº 118 / 2021 - PRES/DG/AJDG [0727809](#) e DESPACHO Nº 1097 / 2021 - PRES/DG/GABDG ([0728940](#)).**

A Diretoria-Geral no Despacho n. 1097 ([0728940](#)), acatando o parecer da assessoria jurídica ([0727809](#)) solicita a manifestação da Comissão de Cerimonial, nos seguintes termos:

*"Assim, esta Diretora-Geral determina o envio dos autos à Comissão de Cerimonial do TRE-RO para se pronunciar acerca da possibilidade de repetição do certame ou justificar a aquisição direta do objeto, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93.*

*Ademais, em observância à recomendação inserta no item 20 do Parecer Jurídico AJDG 0727809, investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com o objetivo de corrigir eventuais erros ou falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto da contratação, colaborando para o sucesso do novo certame."*

Pois bem.

#### **1. Quanto à repetição do certame ou contratação direta:**

Com o arrefecimento da pandemia do novo coronavírus no Estado de Rondônia e o retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial, há expectativa de realização de eventos semipresenciais (eventos com a participação de público presencial e parte por videoconferência).

Em novembro encerra-se o biênio do Juiz Federal, Marcelo Stival, e no final do exercício ocorrerá a posse dos novos dirigentes do tribunal. Assim, considerados os prazos de tramitação processual, salvo melhor juízo, reputamos temerária a repetição do certame, haja vista que situações não previstas e o exíguo prazo poderão impedir a conclusão da licitação e a formalização do contrato a tempo de podermos dispor de contratação necessária para as solenidades acima referidas.

#### **2. Quanto ao item 20 do Parecer Jurídico AJDG:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desde o término da vigência da contratação com a empresa especializada no fornecimento de alimentação para atender os eventos do tribunal, em 2020, empreenderam-se as medidas necessárias à obtenção da nova contratação. Os atos foram formalizados no SEI n. 0003189-26.2020.6.22.8000. No entanto, o certame não logrou êxito, restando deserto em duas ocasiões: Pregão eletrônico n. 3 e Pregão eletrônico n. 6. Investigadas as prováveis causas de não ter havido a participação de licitantes, verificou-se que o preço estimado para a contratação não refletiu a realidade do mercado local. Isto porque não foram obtidas respostas às cotações de preços com as empresas locais no ramo de alimentação tendo a Administração aplicado índice de correção monetária para obtenção do valor estimado da contratação.

Insta ressaltar que no Parecer Jurídico AJDGJ - [0688302](#), a assessoria jurídica opinou pela realização de nova licitação na modalidade pregão eletrônico, com a elaboração de um novo Termo de Referência com os serviços pretendidos e adaptação do valor da disponibilidade orçamentária.

Buscando corrigir eventual fator impeditivo à competitividade, novas cotações foram encaminhadas a empresas locais, acostadas nos eventos [0702228](#), [0702230](#) e [0702232](#). Analisadas as propostas de preços e os valores estimados no termo de referência que subsidiou o pregão eletrônico n. 6, a Coordenadoria de Material manifestou-se pelo encerramento do PSEI n. 0003189-26.2020.6.22.8000 e deflagração de nova licitação ([0705327](#)).

Abertos os presentes autos e formalizadas as cotações de preços para levantamento do preço estimado conforme eventos [0705504](#), [0705505](#) e [0705506](#), elaborou-se novo Termo de Referência - [0708161](#), tendo como preço médio estimado para a contratação o valor de R\$ 209.525,00. Valor que, a nosso sentir, encontra-se compatível com a realidade local e econômica.

Cabe destacar que se trata de objeto periodicamente contratado pela Administração, bem assim que o atual Termo de Referência não alterou o objeto ou mesmo as obrigações contratuais, quando comparado com os termos da contratação anterior, de modo que pudesse ser cogitado eventual óbice e/ou fator tendente a alijar a devida concorrência.

Desde março de 2020 até a presente data todas as solenidades do tribunal foram realizadas por videoconferência, sendo incerto o cenário epidemiológico e também econômico para que as empresas desse ramo de atividade assumam compromissos com o poder público, sendo provavelmente o fator desestimulante para a participação neste certame.

Com essas considerações, dada a proximidade para realização de eventos presenciais, manifestamo-nos favorável à contratação de forma direta, nos termos do art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.

## **4. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

### **4. 1 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**

O serviço pretendido visa o atendimento de eventos institucionais decorrentes de inúmeras iniciativas estratégicas voltadas à melhoria dos serviços oferecidos e a interação da Justiça Eleitoral de Rondônia com a sociedade rondoniense, a exemplo de eventos da Escola



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Judicial Eleitoral, Comissão Gestora de Políticas de Gênero, Memória Eleitoral, Acessibilidade, dentre outros.

### **5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

I – Nos termos do que dispõe o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído por meio da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, cujos resultados estão em vias de serem implementados nas próximas contratações. Assim, enquanto estiver pendente o estabelecimento desses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir nas contratações públicas o cumprimento das obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental.

II - Por sua vez, a Instrução Normativa n. 001/2010-SLTI/MPOG - que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta – estabelece que a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

III - Pela natureza do objeto pretendido que tem como produto final o serviço de alimentação para a realização de eventos da Justiça Eleitoral de Rondônia nos exercícios de 2021 e 2022, e tendo como fundamento o art. 5º, inciso III da referida IN, será exigido da futura contratada o cumprimento do seguinte critério de sustentabilidade ambiental:

“Art. 5º, inciso III da IN SLTI/MPOG n. 001/2010: Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.”

### **6. DAS COTAÇÕES DE PREÇO E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**6.1** O prazo de validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

As propostas apresentadas mediante preenchimento do formulário de cotação de preços serão julgadas em relação ao menor preço e o atendimento das especificações, sendo declarado vencedora a empresa que ofertar o menor preço para o item único e se encontre regular com os documentos de habilitação exigidos neste Projeto Básico.

**6.2** Visando a contratação direta do objeto, acudiram em atender ao chamamento da Administração, as empresas do ramo elencadas abaixo que enviaram devidamente preenchidas as cotações de preços:

Propostas obtidas:

			ALDENIS E DE ALMEIDA ME 0735926, IRREGULAR em todas as certidões conforme evento 0735944		ILIAN B. MENEZES - ME 0735927, IRREGULAR na Receita Federal, conforme evento 0735945		UIOMAR APARECIDA LEITE 0735930, IRREGULAR na Receita Federal, conforme evento 0735946		.F AZZI PARANHO S EIRELLI - ME 0756421, REGULAR em todas as certidões conforme eventos 0756471, 0757600, 0757659, 0757718, 0757720 e 0757722	
tem	escrição	uantidad e estimada serviço/ pessoas	alor unitário	alor total	alor unitário	alor total	alor unitário	alor total	alor unitário	alor total
	anche	650	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Simple	serviços	50,00	82.500,00	53,00	87.450,00	55,00	90.750,00	48,67	80.305,50
	offee-Break	00 serviços	\$ 80,00	\$ 32.000,00	\$ 82,00	\$ 32.800,00	\$ 85,00	\$ 34.000,00	\$ 92,00	\$ 36.800,00
	oquetel	00 serviços	\$ 133,00	\$ 66.500,00	\$ 135,00	\$ 67.500,00	\$ 130,00	\$ 65.000,00	\$ 135,00	\$ 67.500,00
	anche Light	5 Kg	\$ 130,00	\$ 5.850,00	\$ 147,00	\$ 6.615,00	\$ 150,00	\$ 6.750,00	\$ 101,00	\$ 4.545,00
	etit Four doce	0 Kg	\$ 100,00	\$ 2.000,00	\$ 115,00	\$ 2.300,00	\$ 130,00	\$ 2.600,00	\$ 150,00	\$ 3.000,00
	isponibilização de Garçons para atender evento contratado.	6 garçons	\$ 220,00	\$ 3.520,00	\$ 200,00	\$ 3.200,00	\$ 180,00	\$ 2.880,00	\$ 213,33	\$ 3.413,28
	isponibilização de mesas de madeira, ou madeira e vidro, medindo em torno	0 unidades	\$ 350,00	\$ 3.500,00	\$ 330,00	\$ 3.300,00	\$ 350,00	\$ 3.500,00	\$ 1.396,67	\$ 13.966,70





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 1,10mx2, 50m, para atender serviço de coquetel, quando solicitad o pela contratad a.										
<b>Valor</b>										
<b>Total do Contrato</b>		<b>\$</b>	<b>195.870,00</b>	<b>\$</b>	<b>203.165,00</b>	<b>\$</b>	<b>205.480,00</b>	<b>\$</b>	<b>209.529,98</b>	

6.3 Da análise dos preços apresentados restou vencedora a empresa F.F AZZI PARANHOS EIRELLI - ME, CNPJ 02.134.947/0001-10, com a melhor proposta, no valor de R\$ 209.529,98 (duzentos e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos), dentro do valor estimado no Pregão Eletrônico n. 15/2021, e consoante valor praticado no mercado:

F F AZZI PARANHOS EIRELLI - ME 0756421, REGULAR em todas as certidões conforme eventos 0756471, 0757600, 0757659, 0757718, 0757720 e 0757722				
tem	escrição	l quantidade estimada serv/pessoas	unitário	Valor alor total
	anche Simples	l 650 serviços		R\$ 48,67 \$ 80.305,50
	offee-Break	( 00 serviços		R\$ 92,00 \$ 36.800,00
		(		R\$ 135,00 \$

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	coquetel	00 serviços		67.500,00
	anche Light	1 5 Kg	R\$ 101,00	\$ 4.545,00
	etit Four doce	1 0 Kg	R\$ 150,00	\$ 3.000,00
	isponibilização de Garçons para atender evento contratado.	1 6 garçons	R\$ 213,33	\$ 3.413,28
	isponibilização de mesas de madeira, ou madeira e vidro, medindo em torno de 1,10mx2,50m, para atender serviço de coquetel, quando solicitado pela contratada.	1 0 unidades	1.396,67 R\$	\$ 13.966,70
<b>Valor Total do Contrato</b>	<b>R\$ 209.529,98</b>			

6.4 A Coordenadoria de Material realizou pesquisa no mercado local para identificar as empresas do ramo, tendo realizado contato por telefone e encaminhado para o e-mail das respectivas empresas a cotação de preços da presente contratação (evento [0730807](#)). Registre-se que foram contatadas e enviadas as cotações para mais de vinte empresas do ramo. No entanto, apenas quatro empresas responderam, dentre estas apenas uma apresentou certidões regulares, estando apta à contratação, a empresa F.F AZZI PARANHOS EIRELLI - ME, CNPJ 02.134.947/0001-10.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.5 Insta consignar que a contratação direta decorre da falta de êxito de três certames licitatórios, que restaram desertos: Pregão n. 3 ([0673821](#)), Pregão n. 6 ([0680106](#)) e Pregão n. 15/2021 - ([0720703](#)), subsumindo-se a contratação na hipótese prevista no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.

6.6 Há que se considerar ainda que o TRE-RO retomará gradualmente as atividades presenciais, dado o arrefecimento de contágio da Covid-19 no Estado de Rondoniense, conforme Instrução Normativa n. 4/2021 (Estabelece o retorno gradual das atividades presenciais da Justiça Eleitoral), com possibilidade de realização de solenidades presenciais, sobretudo de solenidades de posse de novos membros da Corte Eleitoral.

### **6.3 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA**

As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2021/2022 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

Previsão de utilização em 2021 e 2022 – Contrato de 12 meses.

<b>Previsão</b>	<b>EXERCÍCIO</b>	<b>EXERCÍCIO</b>
<b>o Orçamentária</b>	<b>IO 2021</b>	<b>RCÍCIO 2022</b>
<b>Categoria</b>	Manutenção Geral	Manutenção Geral
<b>Agregador</b>	Operação dos Serviços Administrativos	Operação dos Serviços Administrativos
<b>Despesa Agregada</b>	Despesas com Organização, Ornamentação e Buffet para Eventos em Geral	Despesas com Organização, Ornamentação e Buffet para Eventos em Geral
<b>Plano Interno</b>	Aosa Evento	Aosa Evento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Valor</b>	Estima-se a contratação a partir do mês de novembro/2021 (2 meses) = R\$ 25.000,00	Estim a-se a contratação até o mês de outubro/2022 (10 meses)= R\$184.529,98. Previsão da Despesa no PLOA 2022
--------------	--	--

### **7. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

A contratação ficará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

a) apresentação de planilha contendo o custo por cada item do objeto, conforme **Anexo II** deste PB;

b) declaração de vistoria nas dependências da cozinha da contratada, realizada pela Comissão de Cerimonial TRE-RO, atestando a compatibilidade referida no **Anexo IV** deste PB;

c) A vistoria será feita para aferição dos quesitos estabelecidos no **Anexo IV** deste projeto básico e com as seguintes normas, em especial a norma contida no item "i":

i) **Resolução - RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002** - Essa Resolução foi desenvolvida com o propósito de atualizar a legislação geral, introduzindo o controle contínuo das BPF e os Procedimentos Operacionais Padronizados, além de promover a harmonização das ações de inspeção sanitária por meio de instrumento genérico de verificação das BPF. Portanto, é ato normativo complementar à Portaria SVS/MS nº 326/97.

ii) **Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997** - Baseada no Código Internacional Recomendado de Práticas: Princípios Gerais de Higiene dos Alimentos CAC/VOL. A, Ed. 2 (1985), do *Codex Alimentarius*, e harmonizada no Mercosul, essa Portaria estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

iii) **Portaria MS n. 1.428, de 26 de novembro de 1993** - Precursora na regulamentação desse tema, essa Portaria dispõe, entre outras matérias, sobre as diretrizes gerais para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na área de alimentos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) **Fornecimento de degustação dos itens de alimentação**, objeto de presente PB, em quantidade suficiente para degustação por parte da comissão avaliadora que será composta por 5 (cinco) servidores deste Tribunal, a serem designados pelo titular da Diretoria-Geral do TRE-RO. O requisito de aceitação será a aprovação dos itens pela maioria simples dos componentes da comissão na avaliação do sabor, do aspecto visual e da apresentação dos itens.

III - Sagrar-se-á vencedora a empresa que ofertar o menor valor global e cumprir todas as exigências definidas neste PB e anexos.

## **7.2 HABILITAÇÃO:**

### **7.2.1 Habilitação jurídica:**

**I** - Tratando-se de sociedade comercial a contratada deverá apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Projeto Básico;

**II** - De acordo com o art. 28, V, da L. n. 8.666/93, apresentar os seguintes comprovantes de autorização para funcionamento expedido pelos órgãos competentes:

**a)** Alvará de funcionamento municipal ou estadual para produção e comercialização de alimentos;

**b)** Alvará de Autorização Sanitária emitido pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Porto Velho/RO (Departamento de Vigilância Sanitária), conforme Instrução Normativa n. 001/2009/SEMUSA e nos termos do *Decreto do Município de Porto Velho n. 14.466, de 19 de dezembro de 2019*;

### **7.2.2 Qualificação econômica-financeira: A**

contratada deverá apresentar **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, será exigida que a contratada apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste PB e seus anexos.

**7.2.3 Habilitação fiscal e trabalhista:** A contratada deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **7.2.4 Habilitação técnica:**

#### **I - Atestado de capacidade técnico-operacional:**

a) A contratada deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional comprovando capacidade para atender os diversos tipos de serviço: lanche simples, *coffee break* e coquetel, compatíveis com as características dos itens 1 a 3 do objeto desta licitação.

b) Considera-se compatível com os serviços descritos nos citados itens os seguintes quantitativos mínimos:

Item 1 – Lanche simples: Fornecimento para um público igual ou superior de 200 lanches simples;

Item 2 – *Coffee break*: Fornecimento para um público igual ou superior de 100 *coffee break*;

Item 3 – Coquetel: Fornecimento para um público igual ou superior de 100 coquetéis;

c) **Justificativa para a exigência de percentual superior de 50%:** O percentual igual a 100% do público máximo que será atendido em um único evento deve-se à peculiaridade do objeto. A Administração necessita certificar-se, de forma extremamente segura, que a contratada possui *Know-how* (experiência) e estrutura empresarial para atender, de maneira precisa e no tempo exato, as demandas do contrato, na medida de suas grandezas. Uma tentativa de contratação anterior desse objeto demonstrou que essa exigência se torna necessária para a seleção empresas com o nível de profissionalismo pretendido pela Administração, **sob pena de perecer o critério objetivo da proposta mais vantajosa**. Isso porque, a contratação desguarnecida das cautelas necessárias terá como provável desfecho a reiteração da inexecução contratual (vg, Acórdão n. 1.706/2007 – Plenário).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) **Possibilidade de soma dos atestados:** A contratada poderá somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-operacional **desde que os serviços tenham sido prestados no mesmo dia e horário.** A ausência dessa comprovação torna ineficaz a exigência justificada na alínea anterior (vg, Acórdão n. 7.982/2017 – Segunda Câmara);

d) A contratada poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

**II** - Indicação de pelo menos um Nutricionista - ou outro profissional com formação equivalente, habilitado e reconhecido pelo Conselho de Classe para atuar como técnico responsável pelos itens de alimentação constante do objeto do certame. O profissional deverá declarar sua aceitação do exercício da função de responsável técnico da contratada, conforme modelo juntado no **Anexo III**;

a) Sendo o profissional indicado sócio da contratada, essa condição deverá ser comprovada com a cópia do ato constitutivo da sociedade;

b) Caso o profissional indicado como responsável técnico não seja sócio da contratada, essa deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional indicado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo;

**III** - Declaração que possui uma estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto deste Projeto Básico, em conformidade com os requisitos relacionados no **Anexo IV**.

**IV**- Certidão de Registro do profissional no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN do indicado como responsável técnico para os itens de alimentação do objeto do certame;

**V** – Acervo técnico do profissional indicado que comprove ter exercido a função de responsável técnico de serviços similares ao objeto deste instrumento.

## **8. DO CONTRATO**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **8.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:**

I – A empresa vencedora será formalmente convocada para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

II - No ato da assinatura do contrato a empresa vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a empresa vencedora (com menor preço) deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Projeto Básico.**

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a empresa contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

IV - Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a empresa vencedora será convocada para assinar o contrato, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

V - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela empresa. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

VI - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, neste Projeto Básico e anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais e contratuais. **IMPORTANTE:** As quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais este Projeto Básico e seus anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

VIII - À relação contratual, além das disposições previstas neste Projeto Básico, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008 ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

### **8.2 DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO:**

Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens integrantes do objeto deste contrato.

### **8.3 PRAZO DE VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:**

I - O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, não sendo admitida prorrogação.

II - Os preços dos serviços serão fixos e irreeajustáveis no período de 12 (doze) meses.

III - Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

IV - Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

### **8.4 DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

I – Com a assinatura do contrato, a contratada obriga-se a prestar os serviços dentro dos prazos fixados neste projeto básico e anexos e no contrato e, ainda, sempre conforme as orientações do gestor do contrato. **IMPORTANTE:** As quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total;

II - Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos no item 2.3 deste instrumento. Para cada solicitação de serviço será emitida uma **ORDEM DE SERVIÇO** específica;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – Prestados os serviços em cada evento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento Provisório com valor meramente quantitativo e que não caracteriza a aceitação definitiva dos serviços;

IV – No prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato realizará a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste PB. Atendidas todas as especificações o gestor emitirá o Termo de Recebimento Definitivo para pagamento;

V - No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados, no qual já indicará os eventuais valores a serem glosados da fatura;

VI – Serão recusados e devolvidos, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste PB.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **9.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico;

b) expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela contratada;

c) receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

d) glosar parte dos pagamentos em razão do atendimento parcial da quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

e) recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

f) promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

g.1) Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

g.2) Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

g.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

g.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **9.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico, em especial aqueles dispostos no item 2.3 deste PB;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Entregar os serviços objeto do contrato nos prazos e especificados definidas neste instrumento;
- c) Fornecer os produtos, materiais de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização dos serviços;
- d) Sanar, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, as inconsistências comunicadas pela Comissão de Cerimonial em relação à proposta de cardápio apresentada;
- e) Substituir às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens comunicados pela Comissão de Cerimonial em desacordo com as especificações deste Projeto Básico;
- f) Atender aos demais comunicados do gestor do contrato quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;
- g) Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a Nota Fiscal específica dos serviços atestados pelo fiscal ou gestor do contrato;
- h) Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- i) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser alegado, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;
- l) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

m) Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as obrigações legais e regulamentares aplicadas à execução dos serviços.

### **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

a) Atraso injustificado do prazo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência mínima da data do evento para encaminhar à Comissão de Cerimonial os cardápios do evento, elaborados pela contratada e montado de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço definido neste instrumento: Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para cada 12 (doze) horas de atraso, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

a1) Atraso injustificado da obrigação referida na alínea “a”, superior a 48 (quarenta e oito): Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

b) Atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação dos serviços. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b1) Descumprimento injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens até o início do horário agendado para a prestação do serviço: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

c) Atraso no cumprimento injustificado dos demais prazos e obrigações previstos neste instrumento e no contrato: Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

10.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

10.3 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

10.4 As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

10.5 A contratada se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

10.6 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão e fiscalização será de competência da presidente da Comissão de Cerimonial, podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, por indicação daquela.

## **12. DOS ANEXOS**

São anexos ao presente instrumento:

- I - Especificação e quantidades mínimas;
- II - Planilha de proposta e estimativa total a ser contratada;
- III - Modelo de indicação do responsável técnico e aceitação do profissional
- IV - Declaração de estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto do certame.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Áurea Cristina Saldanha Oliveira

Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO

Rudma Rosa Oliveira Costa

Vice-Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO

**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES MÍNIMAS**

<b>ITEM 01 – LANCHE SIMPLES</b>	
1.1 Tipo de Evento: Treinamentos e Capacitações Especificação do CARDÁPIO:	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
1.1.1 Doces	
• Bolo Simples (ex.: formigueiro, laranja, milho, chocolate, tapioca);	1 fatia por participante
• Mingau de milho branco com coco (mugunzá) ou de banana com tapioca	60 ml por participante
1.1.2 Salgados	
• Salgados assados variados pelo menos três tipos distintos selecionados entre: coxinha de frango, esfirra de carne, saltenha, pizza, mini calzone, pastéis, quibe, etc.	5 unidades por participante
<b>E</b> • Sanduíche natural em pão de forma (sem casca) recheado com pasta de peito de frango desfiado, maionese e cenoura ralada,	Uma unidade por participante
<b>OU</b> • Sanduíche em mini	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pão francês recheado com maionese, tomate, alface, queijo prato e presunto cozido.	
1.1.3 Sucos:	
• Um tipo de suco (polpa de caju, maracujá, cupuaçu, etc.)	400 ml por participante
1.1.4 - MATERIAL DE APOIO:	
• Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, pratos etc.)	O necessário
• Jarras	
• Bandejas	
• Toalhas	
• Garrafas térmicas	
• Tampos de mesa e respectivas bases	
1.1.5 – PESSOAL DE APOIO:	
• Pessoal de apoio para arrumar as mesas e dispor os itens.	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	

<b>ITEM 02 - COFFEE BREAK</b>	
2.1- Tipo de Evento: Encontros e palestras Especificação do CARDÁPIO:	quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
2.1.1 Salgados Especiais - Ao menos dois tipos distintos de mini porções,	





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em cada evento.

As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada

<ul style="list-style-type: none"><li>• Tirinhas de filé mignon ao molho madeira</li></ul>	0 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>• Penne no azeite, tomate seco e frango defumado, salpicado com manjeriço fresco</li></ul>	0 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>• Lagarto dos Mares, acompanhado de pão sírio</li></ul>	0 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>• Escondidinho da camarão, carne seca ou bacalhau</li></ul>	0 gramas por participante
<b>2.1.2 Doces</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Salada de frutas (maçã, mamão, morango, uvas, abacaxi, banana, kiwi, laranja, etc.), ou</li><li>• Açaí cremoso com acompanhamentos (granola, creme de leite, leite moça, tapioca em flocos)</li></ul>	0 ml por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>• Canjica de milho branco com coco, ou</li><li>• Mingau de banana da terra com tapioca</li></ul>	0 ml por participante
<ul style="list-style-type: none"><li>• Duas opções de bolo (de tapioca, de laranja, de chocolate, de macaxeira ou de milho, prestígio, leite ninho, cenoura com recheio de brigadeiro, churros com recheio de doce de leite, limão siciliano)</li></ul>	1 fatia por participante
<b>2.1.3 Salgados assados</b>  Seis tipos distintos de salgados assados selecionados dentre as opções relacionadas a seguir, ou similares, a serem avençadas entre o contratante e a contratada.  <ul style="list-style-type: none"><li>• Folhado de frango com queijo, folhados de calabresa com manjeriço, pastéis de forno, quiches de atum, quiches de creme de milho verde com calabresa, barquetes com</li></ul>	04 (quatro) unidades por participante

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

salpicão de frango, damascos recheados, saltenha de frango, empadinha de frango com catupiry, mini calzone, croissant de lombo com gorgonzola, massa folhada recheada com camarão cremoso ou frango com catupiry.	
<p>2.1.4 Sucos</p> <p>A contratada deverá servir pelo menos duas opções de suco. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas a critério do contratante, com anuência da contratada</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Acerola, abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, tamarino, maracujá com maçã e gengibre, etc.</li></ul>	00 ml por participante
2.1.5 – MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Copos de vidro para água e refrigerante</li></ul>	necessário
<ul style="list-style-type: none"><li>• Recipientes de porcelana branca, apropriados para servir as mini porções de escondidinho</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Talheres e utensílios de servir em aço inoxidável</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, etc.)</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Jarras de vidro</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Garrafas térmicas</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Bandejas</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Tapos de mesa e respectivas bases</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Toalhas e cobre manchas</li></ul>	
2.1.6 – PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pessoal de apoio para arrumar as mesas, dispor e repor os itens.</li></ul>	necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	

**ITEM 03 - COQUETEL**



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>3.1 – Tipo de evento:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cerimônias de Posse de Membros da Corte</li><li>• Encontro de Corregedores</li><li>• Solenidade de outorga de medalha do mérito eleitoral</li></ul> <p>Especificação do CARDÁPIO:</p>	<p>Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante</p>
<p>3.1.1 Doces</p> <p>Cinco tipos distintos de doce, em cada evento</p> <p>As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.</p>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Tacinha de leite condensado com damasco</li><li>• Cuscuz de tapioca com coco queimado</li><li>• Olho de sogra</li><li>• Caramelado de damasco</li><li>• Camafeu de nozes</li><li>• Mini tortinhas recheadas com cupuaçu e castanha do Pará</li><li>• Brigadeiros: Cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, nozes, coco ralado com damasco, amêndoas, de banana com chips de banana, leite ninho</li></ul>	<p>4 unidades por participante</p>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Mini Pavlova, com cobertura de frutas vermelhas</li></ul>	<p>1 unidade por participante</p>
<p>3.1.2 Mini Porções</p> <p>Ao menos três tipos distintos de mini porções, em cada evento.</p> <p>As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.</p>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Escondidinho de sabores diversos como: carne de sol, camarão ou de bacalhau</li></ul>	<p>Uma mini porção de</p>



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none"><li>• Salada de bacalhau</li><li>• Casquinha de caranguejo</li><li>• Cuscuz marroquino</li><li>• Mini Penne ao pesto com tomate seco, azeitonas pretas alcaparras e lascas de parmesão</li><li>• Arroz de pato</li><li>• Tortinha de bacalhau ou camarão, com catupiry</li></ul>	cada tipo, por participante
3.1.3 Canapés finos na massa folhada - 04 (quatro) unidades por participante	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Vou - lo- van com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, etc.</li></ul>	
3.1.4 Sucos - Ao menos dois sabores em cada evento - 300 ml por participante	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, cajá, maracujá com maçã e gengibre, etc.</li></ul>	
3.1.5 Água Mineral	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Água mineral com gás</li></ul>	00 ml por participante 1
<ul style="list-style-type: none"><li>• Água Aromatizada - Água mineral com gás aromatizada com frutas (uva, morango e kiwi), ervas e especiarias.</li></ul>	00 ml por participante 1
3.1.6 – MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Copos e taças de vidro para água, refrigerante e os coquetéis</li><li>• Vasilhinhas de porcelana para servir os escondidinhos e as mini porções</li><li>• Bandejas de vidro e porcelana para disposição dos alimentos na mesa</li><li>• Baldes/bacias de inox ou vidro para dispor bebidas no gelo</li></ul>	necessário O



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inoxidável  copos, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jarras de vidro</li> <li>Pratinhos de porcelana branca</li> <li>Talheres e utensílios de servir em aço</li> <li>Material descartável (guardanapos, copos, etc.)</li> <li>Tampos de mesa e respectivas bases</li> <li>Toalhas e cobre manchas</li> </ul>	
3.1.7 - PESSOAL DE APOIO:		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos nas mesas</li> </ul>	necessário	O
<b>Condições:</b> Conforme item 2.3 deste Termo de Referência		

<b>ITEM 4 - LANCHE LIGHT- SEM GLUTEN E SEM LACTOSE</b>		
4.1 – Tipo de Evento: Treinamentos e outros eventos institucionais	Quant. Estimada para o contrato (será contratado em porções menores de 1kg, a depende do evento):	
<b>CARDÁPIO:</b> Especificação do		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bolo de chocolate</li> </ul>	5 kg	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bolo de limão</li> </ul>	5 kg	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bolo de maçã, nozes e especiarias</li> </ul>	5 kg	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bolo integral de banana com nozes e especiarias</li> </ul>	5 kg	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bolo de fubá com goiabada derretida</li> </ul>	4 Kg	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cuscuz</li> </ul>	4 Kg	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Minipavlova light</li> </ul>	1kg	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

• Docinhos light	1kg
4.1.2 Salgados	
• Nhoque de batata doce à bolonhesa	5 Kg
• Torta de palmito	5 Kg
• Pão gelado de frango ou atum	2 Kg
• Empadão de camarão	2 Kg
• Saladas mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignons, lascas de parmesão	1 kg
TOTAL	45 kg

**ITENS 5 - PETIT FOUR DOCE**

5.1 – Tipo de Evento: Seminários e outros eventos institucionais Especificação do CARDÁPIO (será contratado em porções menores de 1kg, a depender do evento):	
• Biscoito de polvilho (doce ou azedo)	Kg
• Biscoite de nata com cobertura de geleia de cupuaçu ou goiabada	Kg
• Biscoito de nata com Castanha do Brasil (Pará)	Kg
• Biscoito amanteigado	Kg
TOTAL	0 kg

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 06 - GARÇONS</b>	
6.1 Tipo de Evento: Coquetéis, a critério da contratada	quantidade Estimada
Especificação: Disponibilização de garçom para atender serviço de Coquetel, quando solicitado pela contratada.	6 diárias

<b>ITEM 07 - MÓVEIS</b>	
7.1 Tipo de Evento: Eventos que ensejem a utilização de mesas especiais, a critério da contratada	quantidade estimada
Especificação : Disponibilização de mesas de madeira, ou madeira e vidro, medindo em torno de 1,10mx2,50m, para atender serviço de coquetel, quando solicitado pela contratada.	0 unidades

**ANEXO II****PLANILHA DE PROPOSTA E ESTIMATIVA TOTAL  
A SER CONTRATADA****- LANCHE SIMPLES, COFFEE BREAK E  
COQUETEL**

tem	Descrição	Quantidade Estimada dos serviços/pessoas	valor unitário	valor total
1	Simples Lanche	650 serviços		
2	Coffee-Break -	400 serviços		
3	Coquetel	500 serviços		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4	Lanche Light	5 Kg	4		
5	Petit Four doce	0 Kg	2		
6	Disponibilização de Garçons para atender evento contratado	6 garçons	1		
7	Disponibilização de mesas de madeira, ou madeira e vidro, medindo em torno de 1,10mx2,50m, para atender serviço de coquetel, quando solicitado pela contratada.	0 unidades	1		
Valor Total do Contrato					

**Obs:** As quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.

**ANEXO III**

**MODELO**

**INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E  
ACEITAÇÃO DO PROFISSIONAL**

Em cumprimento à exigência contida no Projeto Básico, a contratada ....., CNPJ n. ...., indica o nutricionista ....., inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN do Estado de ....., sob o n. ...., para exercer a função de responsável técnico pelos itens de alimentação constante do objeto da contratação. .

Local e data

Assinatura do Responsável Legal





# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

-----  
-----

Eu, ....., inscrito no CRN/\_\_\_\_  
sob n....., indicado pela empresa .....  
CNPJ n. ...., declaro expressamente  
que **ACEITO** exercer a função de responsável técnico pelos itens de  
alimentação constantes do Contrato n. \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local e data

Assinatura do responsável técnico

## **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PRÓPRIA DE COZINHA COMPATÍVEL COM O CUMPRIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Em cumprimento à exigência contida no Projeto Básico, a  
contratada ....., CNPJ n.  
....., **DECLARA** expressamente que possui estrutura  
física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto do  
certame e atende todos os quesitos listados no quadro abaixo:

tem	QUESITO	SIM	ÃO
	A área de armazenamento e preparo dos alimentos é limpa e organizada, livre de focos de insalubridade, ausência de lixo, objetos em desuso, animais, insetos, roedores, possuindo a acesso direto e independente, não comum a outros usos (habitação).		
	Na área de armazenamento e preparo dos alimentos a parede, o piso e o teto possuem revestimento liso, impermeável e lavável e estão conservados, sem rachaduras, goteiras, infiltrações, mofo e descascamentos.		
	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui aberturas externas (janelas e sistema de exaustão, inclusive) providas de telas milimetradas removíveis de proteção que impeçam a entrada e o abrigo de insetos e outros		



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	animais.		
	A área de preparo dos alimentos possui separação de ambientes de cozinha quente, de cozinha fria, de açougue, de confeitaria, de higienização de utensílios e de guarda de produtos e bebidas.		
	Os produtos utilizados no preparo dos alimentos estão devidamente armazenados		
	Os equipamentos (fogões, fornos, liquidificadores, moedores, processadores, mixers, fatiadores, batedeiras, descascadores, cilindros, modeladoras e outros) e os utensílios (talheres, cutelos, garfos especiais, caldeirões, panelas de pressão especiais, grills, fervedores, caçarolas, passadores de arroz, molheiras, omeleteiras, diversas formas e assadeiras, tigelas, torteiras, tábuas, suportes, secadores de saladas, pegadores e outros) estão em bom estado de conservação e limpos.		
	A área de preparo dos alimentos possui lixeiras com tampa e pedal.		
	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui lavatórios exclusivos para a higiene das mãos, com posições estratégicas em relação ao fluxo de preparo dos alimentos e com número suficiente de modo a atender toda a área de preparação.		
	Há produtos de limpeza guardados junto com os alimentos.		
0	A área de armazenamento e preparo dos alimentos comunica-se diretamente com os banheiros e vestiários.		
1	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui portas dotadas de fechamento automático.		
2	As pessoas envolvidas no preparo do alimento estão sem barba, brincos, pulseiras, anéis, aliança, colares, relógio e maquiagem e com unhas curtas e sem esmalte e com os cabelos presos e cobertos com redes ou toucas e com uniforme devidamente limpo.		
3	Há vasilhames adequados para o armazenamento dos alimentos preparados e que serão transportados.		
4	O veículo utilizado no transporte tem cobertura para proteção dos vasilhames e, principalmente, está limpo.		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 16/11/2021, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0761965** e o código CRC **90C0AEBF**.

0002157-49.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002157-49.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Comissão de Cerimonial do TRE-RO

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de lanche simples, coffee break, coquetel e itens especiais *como cadeiras e mesas, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos.*

**PARECER JURÍDICO Nº 87 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I - RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0704330](#)), objetivando autorização para a contratação de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, coffee break e coquetel, e itens de lanche light e Petit four, com disponibilização de garçons, bem como móveis especiais como cadeiras e mesas, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme Solicitação de Contratação 3 ([0704336](#)) encaminhada ao secretário da SAOFC.

**02.** O secretário da SAOFC pelo Despacho nº 957/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC autoriza o pedido de elaboração do estudo técnico preliminar (ETP) e de termo de referência/projeto básico para a contratação pretendida, nos termos solicitado pela Comissão de Cerimonial do TRE-RO ([0704388](#)).

**03.** Em seguida, a comissão demandante juntou o ETP para Pregão Eletrônico ([0704496](#)), a cotação de preços realizada entre empresas do ramo no mercado local ([0705504](#), [0705505](#) e [0705506](#)), a minuta do Termo de Referência nº 2/2021 – Cerimonial ([0705572](#)) contendo a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor da contratação atualizado baseado em cotação de preços, prazo, condições de participação e habilitação, forma de contrato, pagamento e gestão e fiscalização, acompanhado de seus anexos.

**04.** Com as informações necessárias para deflagrar o procedimento licitatório, a comissão de Cerimonial envia os autos ao secretário da unidade SAOFC, e pelo Despacho nº 985/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOF ([0706023](#)) encaminha o procedimento a COMAP para análise do TR; a COFC para programação orçamentária e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

**05.** A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, após atendimento da Solicitação de Diligência da unidade ([0707577](#)), a Comissão de Cerimonial procedeu a juntada aos autos de um novo instrumento ajustado – Termo de Referência 3 ([0708161](#)), Formulário de Cotação de Preços 01/2021 ([0708537](#)) e, formulário de Demonstrativo de Valores ([0708545](#)).

**06.** Em sua análise a COMAP conclui que o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2021 - CERIMONIAL** ([0708161](#)), encontra-se de acordo com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do art. 3º da L. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Federal n. 10.024/2019 e do inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

**07.** Por sua vez a COFC junta aos autos a disponibilidade orçamentária ([0710719](#)) para suportar a despesa pretendida no exercício de 2021, informando o pré-empenho/SIAFI 2021ND000345, plano interno – ADM EVENTO, natureza da despesa - 339039.23, com reserva orçamentária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica do pedido. **É o necessário relato.**

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** Esta unidade jurídica traz à baila algumas decisões da Corte de Contas Nacional relacionadas às contratações de coquetéis, coffee break e assemelhados. Veja-se:

**ACÓRDÃO 1154/2007 - Primeira Câmara – TCU (...)** 1.1.3. Abstenha-se de realizar despesas com serviços de "lanches e buffet", "coffee break" e coquetéis, realizados por ocasião de solenidades, inaugurações, eventos e seminários que não guardem relação direta com os objetivos institucionais do SESC, ou, ainda, para as quais não haja previsão legal para a sua realização;

**ACÓRDÃO 5365/2009 – Primeira Câmara – TCU (...)** b) Realização de despesas impróprias com lanches e coffee break em eventos destinados exclusivamente ao público interno do Sebrae-GO. 16. Alega que o Sebrae-GO possui programa interno de desenvolvimento e gestão de pessoal em consonância com as diretrizes do Sebrae Nacional e que os lanches oferecidos fazem parte desse programa e servem como instrumento de motivação, otimização do tempo e ou produtividade. Alega que a exclusão dos lanches e coffee break prejudicará o resultado da ação como um todo, e, por isso, há a discordância em relação a recomendação da CGU. Análise

17. O Relatório de Auditoria da CGU informa que no período de 1/1/2006 a 24/8/2006, o Sebrae/GO realizou despesas no valor total de R\$ 41.958,13 relativas a lanches e coffee break oferecidos em eventos que contaram com a participação exclusiva de seu público interno (fl. 322, v.1).

**10.** Deve-se salientar que o argumento do recorrente é bem semelhante àquele apresentado à CGU. Naquela oportunidade, a unidade não acatou a justificativa e recomendou ao Sebrae/GO que se abstenha de autorizar e realizar despesas com lanches e coffee break em eventos que contemplem, exclusivamente, participação do público interno (fl. 323, v.1).

**11.** Entendimentos do TCU ([Acórdão nº 250/2006 - 2ª Câmara](#) e [291/2001 - Plenário](#)) consideraram que a realização de despesas com coffee break, refeições, comemorações e coquetéis, para o público interno do Sebrae, é indevida.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) orienta os gestores, desde, pelo menos, o ano de 1988, quanto ao caráter irregular da realização de despesas com solenidades, coquetéis, churrascos, festividades, coffee break, serviços de buffet, eventos comemorativos e quaisquer congêneres. Consolidada é a posição desta Casa em relação à impossibilidade de se realizar despesas desta natureza à conta dos cofres públicos, em razão da falta de amparo legal (Decisão Plenária de 29.09.88 - Anexo XXIII da Ata nº 49/88; Decisão Plenária de 26.10.88 - Anexo XXVIII da Ata nº 55/88; [Acórdão nº 676/94 - 2ª Câmara](#); [Acórdão nº 62/95 - Plenário](#); [Decisão nº 188/96 - Plenário](#); [Decisão nº 290/97 - Plenário](#); [Decisão nº 325/99 - Plenário](#); [Acórdão nº 84/00 - Plenário](#); [Acórdão nº 1900/03 - 1ª Câmara](#); [Acórdão nº 419/2005-1ª Câmara](#))" ([Acórdão 250/2006 - 2ª Câmara](#) - Ministro-Relator Benjamin Zymler).

**12.** Pelo fato de o recorrente não ter levado para os autos qualquer novo elemento e considerar escoreita a análise já efetuada, a impropriedade não foi afastada.

[...]

VOTO [...]

b) a respeito da realização de despesas com lanches e coffee break em eventos destinados exclusivamente ao público do Sebrae/GO, deve ser mantida a impropriedade, em consonância com a jurisprudência do TCU, mesmo porque os argumentos recursais não agregaram novos elementos capazes de reverter o exame de mérito sobre a questão;

**13.** Assim, observa-se que a contratação pretendida destoa em parte da linha trilhada nas decisões do TCU, haja vista que a contratação atenderá eventos institucionais, consistente em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme descrito no item 2 do Termo de Referência n. 3/2021 ([0708161](#)), relacionados às atividades institucionais deste Tribunal, conforme justificativa apresentada pela unidade solicitante no item 3.0 do TR, com a apresentação da tabela onde faz constar relação de eventos previstos.

**14.** Forçoso registrar a necessidade de desmistificar a ideia que aos órgãos da Administração pública seja vedada a realização de despesas com lanches do tipo *coffee break* em atos cerimoniais. Exige-se, todavia, no entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União, a **razoabilidade desses gastos, destinados tão só para atividades afins da Administração.**

**15.** Nesse sentido é a essência dos acórdãos citados neste parecer. Nessa mesma linha, traz-se à lembrança parte da manifestação do **Ministro do Benjamim Zymler**, registrando a Corte de Contas da União sua posição nos autos dos processos **TC-031.324/2008-0 e 031.891/2008-0**. Veja-se:

[...]

*Impõe esclarecer, contudo, que a contratação de serviços de “buffet” ou “coffee break”, para fornecimento de alimentação, bebidas, bem como outros materiais de*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*consumo relacionados, não deve ser vedada de forma ampla e genérica. Entendo que ela pode ser admissível, desde que, de forma comedida, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade, e presente a vinculação direta desse tipo de despesa com os objetivos institucionais do órgão ou da entidade.*

*Nesse contexto, não vislumbro nenhuma violação a qualquer preceito jurídico na conduta do gestor público, que, quando da realização de evento de interesse da instituição, tais como cursos e seminários, ofereça aos participantes, serviço de “coffee break”, visando proporcionar-lhes um mínimo de conforto, dentro dos limites da razoabilidade.*

*A conduta que merece reprovação desta Casa, no meu sentir, é a realização de gastos para atender a eventos que não se coadunam com os preceitos e os propósitos acima mencionados.*

*TCU. Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 3 de dezembro de 2008.*

**16.** Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão, assim prescreve:

**Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário)** - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

**Acórdão 265/2010 Plenário** - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

Realize adequado planejamento das contratações, de forma a prever na minuta contratual um nível mínimo de serviço exigido (NMSE) a fim de resguardar-se quanto ao não cumprimento de padrões mínimos de qualidade, especificando os níveis pretendidos para o tempo de entrega do serviço, disponibilidade, performance e incidência de erros, entre outros, bem assim estabelecendo graus de prioridades e penalidades, a luz dos arts. 3º, §1º, inciso I, e 6º, inciso IX, alínea “d”, da Lei no 8.666/1993 e do art. 8º, inciso I, do Decreto no 3.555/2000.

**17. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:**

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa (pag. 62).

**18.** Nessa linha, evidencia-se a possibilidade de adotar-se a modalidade licitatória do pregão para o objeto pretendido. Isto porque, por meio das especificações constantes no item 2 e seus subitens e ainda pelo Anexo I do TR 3 ([0708161](#)), comprova-se que os itens que integram a contratação foram **detalhados de forma objetiva** - com extenso rol das características e dos materiais que os compõem - definindo de forma clara o padrão de qualidade exigido pela Administração para o fornecimento do objeto e a forma de prestação dos serviços dele decorrentes, sendo,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

portanto, **perfeitamente possível aos licitantes mensurá-los quantitativamente para a formulação de suas propostas.**

**19. Pois bem,** tratar-se de itens similares, nos termos do item 7.1 do Termo de Referência 3. Esta assessoria jurídica vem se posicionando em seus opinativos no sentido de que, pela natureza do objeto, os itens poderão se reunir em um único lote, tal procedimento se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, vg, nos **Acórdãos n. 5.260/2011 - 1ª Câmara e n. 861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.**

**20. Ainda,** em relação ao agrupamento dos itens no futuro certame, o preço médio do **Item 1 Lanche Simples é de R\$ 80.300,00 (oitenta mil e trezentos reais)**, a princípio esse item seria dirigido a ampla concorrência e os demais itens as ME e EPP, nos termos do art. 6º do Decreto n. 8.538/15. Porém, a unidade solicitante justifica no item 7.1 do TR 3 que os serviços a serem prestados guardam a mesma natureza e relação entre si, e a adoção do tipo menor preço por lote único **condiz com a eficácia na prestação dos serviços e gestão adequada da contratação, conferindo maior vantajosidade para a Administração.**

**21.** Percebe-se que a justificativa da Comissão de Cerimonial se enquadra na exceção estabelecida no inciso II do artigo 10, do Decreto 8.538/15, e leva o certame para a **ampla concorrência**, vejamos:

**Art. 10.** Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

**II** - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

(...)

**22.** Pelo exposto, constatado que o valor total dos serviços de fornecimento de lanche simples, coffee break e coquetel, e itens de lanche light e Petit four, com disponibilização de garçons, bem como móveis especiais, para atendimento a eventos institucionais, estimado para 12 meses é de **R\$ 209.525,00 (duzentos e nove mil quinhentos e vinte e cinco reais)**, excede os limites legais fixados para a dispensa competitiva prevista no art. 24, II da Lei n. 8.666/93 e, tratando-se de objeto comum, vez que integrado por materiais (e serviços decorrentes) definidos objetivamente no Termo de Referência, imperiosa a adoção da **modalidade pregão, na sua forma eletrônica.**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**23.** O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deverá estabelecer o **tipo de licitação**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, que no presente caso deverá ser **“menor preço por lote único”**, conforme **justifica a unidade no item 7.1 do TR3**.

**24.** Importa destacar que o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte **não se aplica ao futuro certame**, o **valor total estimado para o lote único se encontrar acima do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 c/c inciso II, art. 10 do mesmo regulamento, e justificativa apresentada no item 7.1 do TR 3.

### **III - CONCLUSÃO**

**25.** Destarte, o Termo de referência 3 e seus anexos ([0708161](#)), complementado pela Pesquisa de Preços realizada, parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

**26.** Nesse compasso, e diante da indicação nos autos da disponibilidade orçamentária e financeira para o suporte da despesa no presente exercício ([0710719](#)), opina esta Assessoria Jurídica pela autorização da contratação pretendida, por meio da modalidade **pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço por lote único**, com fundamento na **Lei nº 10.520/02** e art. 1º, § 1º, do **Decreto nº 10.024/19**, **SEM a observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para o lote único é superior ao limite balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC nº 123/06**.

**27.** Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**.

**28.** Destaca-se que **não há minuta do contrato** juntada aos autos. Em vista disso, caso a pretensa licitação seja aprovada, que o referido documento seja encaminhado a esta Unidade para análise de sua **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com a minuta do edital.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**29.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 08/07/2021, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0712858** e o código CRC **453AE00C**.

0002157-49.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002157-49.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Comissão de CERIMONIAL

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de lanches simples, *coffee break*, coquetel e itens especiais como cadeiras e mesas para atender eventos deste tribunal – análise da minuta do edital e do contrato.

**PARECER JURÍDICO Nº 104 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

## **I - RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Solicitação de Contratação 1, da Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0704330](http://www.tre-ro.jus.br/proc/0704330)), objetivando



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autorização para a contratação de empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, coffee break e coquetel, e itens de lanche light e Petit four, com disponibilização de garçons, e mesas especiais, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos.

**02.** O pleito foi objeto de análise desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 87 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0712858](#)), oportunidade na qual esta unidade opinou pela realização da contratação por meio de processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo “**menor preço por lote único**”, nos termos da Lei nº 10.520/02 e **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, SEM a observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP’s**, haja vista que o valor estimado para lote único é superior **ao limite** balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC nº 123/06**.

**03.** Após Manifestação nº 256/20121 – PRE/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0714396](#)), o ETP ([0704496](#)) e o Termo de Referência nº 3/2021 ([0708161](#)) foram aprovados e a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, foi autorizada, dentre outros comandos, conforme Despacho nº 914/2021 – PRES/DG/GABDG ([0716396](#)) da Diretoria Geral.

**04.** A secretária da SAOFC, em substituição, na sequência, encaminhou os autos a SLC para elaboração de minuta de edital e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico das referidas minutas ([0716830](#)).

**05.** Redigido os instrumentos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico ([0718836](#)) e seus Anexos, dentre os quais a minuta contratual ([0717069](#)). **É o necessário relato.**

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

**06.** Preliminarmente, importa lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Observa-se que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verifica-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40; da Lei n. 10.520/02 e do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

**08.** Como se trata de eventual aquisição de serviço de lanche simples, *coffee break* e coquetel, as propostas e os lances serão ofertados considerando o **VALOR GLOBAL DO LOTE ÚNICO**, obtido mediante apresentação de propostas somente por meio do sistema eletrônico e preenchimento de anexo II – Formulário padrão de proposta, consoante itens 5.1, 5.2.1 e 7.1.1.

**09.** Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (subitens 9.1 a 9.4), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada pela mesma através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET (item 9.5).

**10.** Ressalta-se, ainda, que na elaboração do instrumento, especificamente no item 10.3, registrou-se o prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação do Pregoeiro, para o envio de documentação referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2020.

**11.** Por fim, observa-se que o referido instrumento do edital consignou, de **forma expressa**, no **item 15.10** a **não divulgação** do valor estimado do objeto deste pregão e as seguintes regras específicas determinadas nas alíneas do Despacho n. 914/2021 PRES/DG/GABDG ([0716396](#)), nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19.

**12.** Com relação à minuta do Contrato ([0717069](#)), em análise formal dos seus termos, percebe-se que o referido instrumento e seu anexo encontram-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

## **III - DA CONCLUSÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**13.** Destarte, após análise, esta Assessoria Jurídica **aprova** a Minuta do Contrato juntada no evento [0717069](#), haja vista que, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei nº 8.666/93, não havendo reparos a fazer, estando, portanto, apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, bem como **aprova** os termos da minuta do Edital e seus demais Anexos (evento [0718836](#)), encontrando-se este instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 28/07/2021, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 28/07/2021, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0719890** e o código CRC **C64CFFCB**.

0002157-49.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002157-49.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Final de PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de lanches simples, *coffee break*,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

coquetel e itens especiais como cadeiras e mesas para atender eventos deste Tribunal – Licitação deserta.

### **PARECER JURÍDICO Nº 118 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Solicitação de Contratação 1, da Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0704330](#)), objetivando autorização para a contratação de empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, coffee break e coquetel, e itens de lanche light e Petit four, com disponibilização de garçons, e mesas especiais, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos.

**02.** Após regular tramitação, veio aos autos a minuta do Edital ([0718836](#)), o qual logrou aprovação desta unidade Jurídica, por meio do Parecer Jurídico nº 104/2021 – PRES/DG/AJDG ([0719890](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2021 ([0720703](#)). Os documentos comprobatórios de sua divulgação foram juntados nos eventos [0723411](#). Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao edital.

**03.** O pregoeiro trouxe aos autos a Ata do Certame ([0726460](#)), o Resultado de Licitação e sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0726905](#)).

**04.** Por fim, o pregoeiro elaborou seu Relatório nº 24/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0726917](#)), expondo as principais ocorrências do certame e, em seguida, remete os autos a esta AJDG para sua análise, consoante Remessa nº 81/2021 - [0726918](#). **É o breve e necessário relato.**

#### **II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado decreto.

**06.** Na publicação do aviso ([0723411](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**07.** Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do pregoeiro ([0726917](#)):

**a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:**  
Não houve.

**b) Item deserto:** Sim. No dia e horário estabelecido no edital, o sistema verificou a ausência de proposta e, automaticamente, encerrou e gerou a Ata do Pregão Eletrônico ora em análise, sem que o pregoeiro praticasse qualquer ato.

**c) Desclassificação da proposta de forma sumária:** Prejudicado.

**d) Lances:** Prejudicado.

**e) Fase de negociação/aceitação:** Prejudicado.

**f) Cancelados na aceitação:** Prejudicado.

**g) Fase de Habilitação:** Prejudicado.

**h) Recursos:** Prejudicado.

**i) Adjudicação:** Prejudicado.

**j) Publicação do resultado do julgamento:** O resultado desta licitação deserta foi disponibilizado para publicação no Diário Oficial da União nº 155, ano 2021, e no Diário da Justiça Eleitoral nº 154, ano 2021, ambos divulgado no dia 17 de junho de 2021, conforme comprovante acostado ao evento [0726905](#).

**08.** O único item do certame **restou deserto** devido à inexistência de propostas. Desta forma, para resolução da frustração da licitação tem-se as opções a seguir explanadas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**09.** Nesse caso específico, a Comissão de Cerimonial do TRE-RO deverá se manifestar acerca desta situação. E, **caso não haja prejuízo em razão da demora de outro procedimento licitatório, a Administração poderá eleger pela repetição do certame.**

**10.** De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início dos serviços pretendidos, além de importar em antieconomicidade, poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

**11.** Consoante a dicção deste artigo é dispensável a licitação "quando *não* acudirem interessados à licitação anterior e esta, **justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública**, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas".

**12.** Em outras palavras, é prescindível a licitação quando *não* acudirem interessados à licitação anterior e esta, **justificadamente**, não puder ser repetida **sem prejuízo** para a Administração Pública, mantidas, nesse caso, todas as condições **preestabelecidas**. Trata-se de procedimento de dispensa de licitação a ocorrer em face do advento de certame licitatório anterior deserto, cuja repetição seria prejudicial à Administração.

**13.** Conforme o magistério do doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, a aplicação da hipótese de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos a serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**14.** Registra-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos, cabendo à Administração observá-los, lembrando





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que estes deverão estar criteriosamente informados, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**15.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93, vejamos abaixo alguns posicionamentos e orientações da Corte de Contas com relação a certame deserto:

Ademais, por um imperativo lógico, não seria justificável a dispensa de licitação por um pretense desinteresse de potenciais licitantes, se as condições que lhes foram exigidas são inteiramente diversas das estabelecidas no instrumento contratual diretamente firmado. A ausência de interesse em participar do certame obviamente não se coaduna com a alteração posterior das condições nele preestabelecidas. A este respeito, o ilustre Membro do Ministério Público junto ao TCDF, Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, preleciona: “Impõe a lógica jurídica que a Administração mantenha as condições ofertadas e exigidas na licitação anterior, pois se houver qualquer alteração ficará irremediavelmente comprometido o requisito “ausência de interesse” em participar da licitação. Efetivamente, não pode a Administração alterar as exigências estabelecidas para a habilitação, nem tampouco as ofertas constantes do convite ou do edital. Essa restrição abrange, inclusive, quando for o caso, a alteração dos anexos do ato convocatório, previstos no art. 40, § 2, da Lei nº 8.666/1993, como por exemplo o preço estimado pela Administração. (“Contratação direta sem licitação”. – 1ª edição. - Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 180). **Acórdão 142/1996 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)**

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

O manifesto desinteresse dos convidados não pode ser caracterizado somente pelo não comparecimento dos convidados, sendo necessário que os convidados manifestem os seus desinteresses por escrito. E assim o entendimento do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, *in* *Contratação Direta Sem Licitação*, 1ª edição, 1995, pag. 55, comentando o dispositivo: “a melhor exegese, *in casu*, leva ao entendimento de que o manifesto desinteresse se caracteriza quando presente algo mais que o simples silêncio. Alias, e regra elementar de hermenêutica que a Lei não contém palavras inúteis, ou melhor, na dicção de Ferrara: presume-se que a Lei não contenha palavras supérfluas; devem todas ser entendidas como escritas adrede para influir no sentido da frase respectiva.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Devemos acrescentar o alerta feito pelo professor Carlos Pinto Coelho Motta, *in* Eficácia nas Licitações e Contratos, Belo Horizonte, 1995, Ed. Del Rey, pag. 127, quando comenta o não-comparecimento de interessados na licitação: “a licitação deserta pode ser resultante de exigências descabidas, cláusulas discriminatórias ou publicidade ‘mascarada’. Estes vícios, infelizmente comuns, afugentam os participantes e, ao serem constatados, impedem absolutamente a contratação direta. Nesses casos a ausência de licitantes terá ocorrido por culpa da própria entidade licitadora, não se admitindo o recurso da dispensa”. Portanto, a dispensa com fulcro no art. 24, inciso V, c/c o art. 22, §7º, ambos da Lei nº 8.666/1993 somente deve ser utilizada caso a licitação não possa ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 237/1999 Plenário (Relatório do Ministro Relator)**

**16.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**17.** Destarte, e se assim entender a Administração, há possibilidade jurídica de enquadrar os serviços pretendidos sob o pálio do art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa a este respeito - Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.

**18.** Mesmo registrando item deserto, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0726460](#)), evidenciando que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

### **III- DA CONCLUSÃO**

**19.** Diante ao exposto, conclui-se que o procedimento licitatório ventilado se desenvolveu de forma regular, embora tenha sido deserto. Ainda, caso não se selecione a opção de repetição do certame, a Administração, optando pela aquisição direta, com fulcro no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, deverá justificar a necessidade de contratação imediata, demonstrar que um outro certame acarretará eventual prejuízo ao andamento dos serviços e observar todas as condições estabelecidas na competição preambular, notadamente o preço estimado para os serviços.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**20.** Por derradeiro, recomenda-se, novamente, que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 18/08/2021, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0727809** e o código CRC **703F7C36**.

0002157-49.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002157-49.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Comissão de Cerimonial

ASSUNTO: Licitação deserta - Dispensa art. 24, V, da Lei nº 8.666/93. Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de lanches simples, *coffee break*, coquetel e itens especiais como cadeiras e mesas para atender eventos deste tribunal – análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 208 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I - RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de solicitação da Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando autorização para a contratação de empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, coffee break e coquetel, e itens de *lanche light* e *Petit four*, com disponibilização de garçons, e mesas especiais, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, considerando que este **objeto restou deserto no Pregão Eletrônico n. 15/2021**, processo SEI [0002157-49.2021.6.22.8000](#), a fim de suprir necessidades deste TRE ([0729808](#)).

**02.** O Projeto Básico constante do evento [0760816](#), complementado pela cotação de preços nº 02/2021 ([0730299](#)), contém a especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, valor, aderência ao plano orçamentário, condições de habilitação, requisitos de validade da proposta, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes e penalidades, sanções administrativas, gestão e fiscalização.

**03.** Por sua vez a COMAP, na Análise de TR/PB nº 125/2021 ([0761069](#)), atestou que o instrumento complementado pela cotação de preços do proponente, juntada no evento [0756421](#) e documentos de habilitação, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 14 da Lei 8.666/93.

**04.** A disponibilidade orçamentária para suporte da despesa no presente exercício, correspondente ao valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), veio aos autos pelo evento [0761456](#), contém a informação do Pré-empenhos/SIAFI n. 2021ND000345, ainda, na oportunidade a SPOF informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro; 2. A proposta orçamentária 2021 registrada no processo n. 0000058-43.2020.6.22.8000; 3. Em substituição ao registrado na Programação Orçamentária SPOF 0710719, e **4.** Registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante de R\$ 110.000,00 nos orçamentos ordinário e de pleitos eleitorais, destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

**05.** Assim instruído, o feito foi encaminhado para análise desta Assessoria Jurídica pela Remessa nº 315/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0761456](#)), com solicitação de urgência. **É o breve e necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 – DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**06.** Segundo o art. 24, inc. V, da Lei nº 8.666/93, a licitação poderá ser dispensada, mantendo todas as condições preestabelecidas, quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, motivadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas. O dispositivo abarca tanto a hipótese de certame licitatório anterior deserto ou fracassado quanto a situação de licitação com itens desertos ou fracassados, e ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que *“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”* ou, ainda, aquele que *“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei n. 8.666/93”*.

**07.** No caso em análise a contratação direta pretendida pela Comissão de Cerimonial decorre da falta de êxito de três certames licitatórios, que restaram desertos: Pregão n. 3 ([0673821](#)), Pregão n. 6 ([0680106](#)) e Pregão n. 15/2021 - ([0720703](#)), subsumindo-se a contratação na hipótese prevista no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.

**08.** Dessa feita, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com empresa ofertante de menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes, notadamente demonstração nos autos das condições mínimas para contratar com o setor público.

### **2.2 - DA COTAÇÃO DE PREÇOS PARA A ESCOLHA DO FORNECEDOR**

**09.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

**10.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em razão da ausência de interessados na licitação anterior, *in verbis*:

**V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições;** (sem grifo no original).

**11.** Consoante acima relatado, a contratação dos serviços em comento, repetidamente, restou fracassada no último certame (Pregão Eletrônico n. 15/2021, processo SEI [0002157-49.2021.6.22.8000](#)), não restando outra opção a solicitante/demandante Comissão de Cerimonial, a não ser a contratação direta.

**12.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

**14.** No vertente caso, a cotação de preços se deu no mercado local entre empresas do ramo da atividade comercial que se quer contratar, com isso a Cotação de Preços nº 2 ([0730398](#) e [0730807](#)) foi encaminhada para mais de 20 (vinte) empresas, obtendo a proposta de apenas 04 (quatro) delas, sendo que apenas 01 (uma) delas apta a contratar com o setor público, com regularidade fiscal completa, a época da cotação.

**15.** A unidade solicitante da contratação pondera no item 6.2 do PB 4 ([0760816](#)), que apesar da irregularidade fiscal de três empresas, a precificação apresentada nos formulários da cotação de preços reflete o valor dos serviços no mercado, e justifica mais a unidade a necessidade dos serviços considerando a possibilidade de realização de solenidades presenciais, incluindo a posse de novos membros da Corte Eleitoral, tal observação encontra amparo no **item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário** ou do **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário** (que admitem, de forma excepcional, menos de 3 cotações válidas, desde que o fato esteja devidamente justificado).

**16.** Com relação a este tema, embora haja entendimento do TCU que a cotação deve ser realizada com pelo menos **três empresas** aptas a contratar com a Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), esta Corte de Contas também reconhece que as particularidades do caso concreto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas.

**17.** Nesse contexto, além dos acórdãos já mencionados, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;** (...)

**18.** Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

**19.** Destarte, deve-se levar em consideração a cotação de preços realizada nos autos, muito embora exista a competitividade dos serviços pretendidos no mercado local, a situação econômica criada pela pandemia da Covid 19, desde 2020, afetou, principalmente as empresas que oferecem esse tipo de serviço, fato refletido nos certames realizados, e como bem citou a unidade no item 6.2 do PB 4, a solicitação de contratação direta decorre da falta de êxito de três certames licitatórios, que restaram desertos: Pregão n. 3 ([0673821](#)), Pregão n. 6 ([0680106](#)) e Pregão n. 15/2021 - ([0720703](#)), subsumindo-se a contratação na hipótese prevista no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.

**20.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela única empresa com regularidade fiscal - F.F AZZI PARANHOS EIRELLI - ME, CNPJ 02.134.947/0001-10, com a melhor proposta, no valor de R\$ 209.529,98 (duzentos e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos), dentro do valor estimado no último Pregão Eletrônico n. 15/2021, e consoante valor praticado no mercado, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93 estão preenchidos.**

**21.** Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

### **Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS**

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

**22.** No caso em estudo, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou, a época da cotação de preços, sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0756471](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração, no entanto as certidões devem ser atualizadas antes de efetivada a contratação, com destaque para a certidão de regularidade com o FGTS.

### **2.3 - DO PROJETO BÁSICO E DO INSTRUMENTO DO CONTRATO**

**23.** Constata-se que o PB juntado aos autos no evento [0760816](#), complementado pela cotação de preços n. 2/2021 – PRES/DG/CERIMONIAL ([0730299](#)), instrumento devidamente analisado e aprovado pela COMAP ([0761069](#)), unidade competente para análise do instrumento, nos termos do inciso XXIV do art. 3º e art. 10 da Instrução normativa n. 04/2008/TRE/RO. Dessa forma, esta Assessoria Jurídica limitou-se a análise da legalidade do referido documento, consoante previsão do art. 11 da referida instrução normativa. Constatou-se que o PB possui os elementos essenciais definidos no **inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/93, todavia o PB merece ser revisado antes do envio a autoridade competente, principalmente seu item 6.2.**

**24.** Quanto ao instrumento contratual, sua minuta com o registro das normas que irão regular a futura contratação ([0717069](#)), recebeu aprovação da assessoria jurídica no item 13 do Parecer Jurídico nº 104 (0719890).

### **III – CONCLUSÃO**

**25.** Pelos elementos que instruem os autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **F.F AZZI PARANHOS EIRELLI - ME**, CNPJ 02.134.947/0001-10, detentora da melhor proposta no valor de R\$ 209.529,98 (duzentos e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos), além apresentar os documentos de habilitação e comprovar regularidade fiscal, **devendo antes da contratação ser renovada a certidão do FGTS.**

**26.** O Projeto Básico 4 juntado aos autos no evento [0760816](#), pode ser apresentado à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendimento ao inciso I, § 2º, do art. 7 da Lei n. 8.666/93. **Reprise-se que o PB merece ser revisado antes do envio a autoridade competente, principalmente seu item 6.2.**

27. Em tempo, para concluir a instrução dos autos, necessário a juntada do formulário completo da cotação de preços da empresa vencedora do certame (0756421) contendo o carimbo e assinatura do servidor responsável pela emissão da cotação. **É obrigatória a identificação do servidor responsável pela cotação de preços e a sua assinatura nos documentos de sua autoria (Acórdão TCU nº 909/07 - 1ª Câmara).** Nesse sentido, a Corte de Contas tem aplicado multa a esse rol de agentes **responsáveis**, como por exemplo, na decisão exarada no **Acórdão 2147/2014 - Plenário**.

28. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 16/11/2021, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0761456** e o código CRC **3DF8545A**.

0002157-49.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002157-49.2021.6.22.8000

INTERESSADO: CERIMONIAL

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de lanches simples, *coffee break*, coquetel e itens especiais



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como cadeiras e mesas para atender eventos deste tribunal – dispensa de licitação.

**DESPACHO Nº 1603 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de solicitação da Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando autorização para a contratação de empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de serviço de lanche simples, *coffee break* e coquetel, e itens de lanche *light* e *Petit four*, com disponibilização de garçons e mesas especiais, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, considerando que este **objeto restou deserto no Pregão Eletrônico n. 15/2021** (processo SEI [0002157-49.2021.6.22.8000](#)), a fim de suprir necessidades deste TRE ([0729808](#)).

A unidade demandante elaborou a Solicitação de Contratação 3 ([0704336](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 2 ([0704496](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0760806](#)).

Carreou-se aos autos, também, as cotações de preços obtidas no mercado local, apresentadas pelas empresas VALDENISE DE ALMEIDA-ME ([0735926](#)), UILIAN B. MENEZES - ME ([0735927](#)), GUIOMAR APARECIDA LEITE ([0735930](#)) e F. F. AZZI PARANHOS EIRELLI-ME ([0756421](#)).

O Projeto Básico nº 4/2021 – CERIMONIAL ([0760816](#)) dimensionou o valor total da contratação, descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de contratação direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Após a análise inicial do Projeto Básico n. 4/2021 – CERIMONIAL ([0760816](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) concluiu pela regularidade, complementado pela cotação de preços da empresa F. F. AZZI PARANHOS EIRELLI - ME, CNPJ 02.134.947/0001-10 (evento [0756421](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0761069](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0761655](#)) no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Ao final, registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA). Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021 tramita no processo nº [000058-43.2020.6.22.8000](#); que esta programação orçamentária foi emitida em substituição ao registrado na Programação Orçamentária SPOF 0710719; e que a proposta orçamentária para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante de R\$ 110.000,00 nos orçamentos ordinário e de pleitos eleitorais, destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral que, através do Parecer Jurídico nº 208/2021 ([0761456](#)), opinou pela viabilidade de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, V, da Lei nº 8.666/1993 da empresa **F. F. AZZI PARANHOS EIRELLI - ME**, CNPJ 02.134.947/0001-10, sob a condição de renovar a certidão do FGTS antes da contratação; e pela aprovação do Projeto Básico n. 4/2021-CERIMONIAL ([0760816](#)), com a ressalva de ser revisado antes do envio à autoridade competente, principalmente seu item 6.2.

Em atendimento às ressalvas indicadas nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 208/2021 ([0761456](#)), a Comissão de Cerimonial juntou o Projeto Básico n. 5/2021-CERIMONIAL ([0761965](#)) com as correções apontadas, em especial a Cotação de Preços assinada pela empresa F. F. Azzi Paranhos Eirelli - ME ([0761962](#)) e pelo servidor responsável pela cotação (evento [0762001](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela aprovação tanto do Estudo Técnico Preliminar como do Projeto Básico; pela autorização da despesa; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela **contratação direta** da empresa **F. F. AZZI PARANHOS EIRELLI - ME**, inscrita no sob o n. CNPJ 02.134.947/0001-10, por dispensa de licitação, com fulcro no [Inc. V do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#) e pela publicação da dispensa no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Diário Oficial da União - DOU ([0762020](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor estimado está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada com amparo no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, já que este **objeto restou deserto no Pregão Eletrônico n. 15/2021** (processo SEI [0002157-49.2021.6.22.8000](#)) e, após, houve regular cotação de preços entre as empresas especializadas nesse ramo de atividade, o que restou comprovado nos autos.

Com efeito, a cotação de preços se deu no mercado local entre empresas do ramo da atividade comercial que se quer contratar. Com isso, a Cotação de Preços nº 2 ([0730398](#) e [0730807](#)) foi encaminhada para mais de 20 (vinte) empresas, obtendo a proposta de apenas 04 (quatro) delas, sendo que apenas 01 (uma) delas apta a contratar com o setor público, com regularidade fiscal completa, à época da cotação. Sendo assim, a cotação de preço levada a cabo é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, conforme item 20 do Parecer Jurídico AJDG [0761456](#).

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restou devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas as contratações diretas, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**.

Ademais, a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0760806](#)), documento anexo do Projeto Básico 5/2021 ([0761965](#)).

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista que visa garantir o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, dos itens de alimentação necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade.

Assim, das informações coligidas aos presentes autos, verifica-se que a empresa **F. F. AZZI PARANHOS EIRELLI - ME**, CNPJ n. 02.134.947/0001-10 ([0761962](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a contratação em comento, no valor de R\$ 209.529,98 (duzentos e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos), dentro do valor estimado no Pregão Eletrônico n. 15/2021 e consoante valor praticado no mercado.

Pelo exposto e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

**1 - Aprovo o ETP nº 2/2021 ([0704496](#)) e o Projeto Básico nº 5/2021-CERIMONIAL ([0761965](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso **IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93**;

**2 - Aprovo o preço estimado**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, por dispensa de licitação**, com fulcro no **art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93**;

**4 - Adjudico o objeto à empresa F. F. AZZI PARANHOS EIRELLI - ME**, CNPJ 02.134.947/0001-10, **por ter apresentado o menor preço**, no valor de R\$ 209.529,98 (duzentos e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos), e autorizo a **emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, condicionada à atualização da sua regularidade fiscal; e

**5 - Determino a publicação do ato de ratificação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE e no Diário Oficial da União - DOU**, em respeito ao princípio da publicidade, com fulcro no [Acórdão TCU nº. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC, para a continuidade das ações, visando a contratação pretendida.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/11/2021, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0762653** e o código CRC **E915F51F**.

0002157-49.2021.6.22.8000